

Ambientalismo em Portugal: actores e recursos no “caso da incineradora de Estarreja”¹

Maria Eugénia Rodrigues

Introdução

O sentido desta comunicação é limitado, porque limitada é a dimensão de investigação de que aqui se dá conta. Tendo concluído recentemente uma investigação de um certo “fôlego”, persiste a sensação de que não existe ainda o distanciamento necessário para seleccionar os elementos ‘pertinentes’, sendo o sentimento de amputação e desfiguração aquele que mais me assalta no momento em que redijo este texto.

Num sentido amplo, a questão que percorre a investigação realizada pretende saber como podem, no âmbito de uma sociologia do ambiente e dos movimentos sociais, ser enquadradas as formas de acção e protesto colectivo que emergem na sociedade portuguesa na sequência de decisões políticas que procuram dar resposta a um problema ambiental, global na natureza mas local nas respostas e nos efeitos que provoca.

No quadro desta comunicação, o objectivo central consiste em apresentar algumas das modalidades de acção e dos recursos utilizados por um movimento de protesto específico e, nessa medida, propor uma grelha de análise – circunscrita aos elementos considerados – para a interpretação da actuação dos movimentos de protesto que, de forma mais ou menos esporádica, têm lugar na sociedade portuguesa. Refiro-me ao conflito que se desenvolveu a partir da decisão governamental de construir em Estarreja uma Unidade Colectiva de Incineração e Tratamento Físico-químico Centralizada, vulgarmente conhecida por incineradora, como parte integrante do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Industriais (SIGRI). Tal como é do domínio público, a incineradora não foi construída e o processo centra-se neste momento na implementação ou não da co-incineração.

Trata-se, portanto, de uma comunicação em que as questões teóricas não têm uma presença manifesta, embora estejam naturalmente presentes. Para se que retenham as linhas conceptuais principais que conduziram o processo de investigação devo dizer que os processos, actores e recursos da globalização constituíram o principal corpo teórico, no âmbito do qual se prestou particular atenção a algumas das perspectivas desenvolvidas no quadro da sociologia política (com particular destaque para os novos movimentos sociais e os estados nacionais), da sociologia da transformação social (na qual os processos de globalização assumem um papel preponderante), da sociologia da ciência (no âmbito da qual se questionam alguns dos pressupostos da ciência moderna) e, finalmente, daquele que tem vindo a constituir um campo autónomo de construção teórica e investigação empírica: a sociologia do ambiente.

1. Breve contextualização

Em termos institucionais, a história do tratamento dos resíduos, independentemente da sua natureza – industriais ou domésticos, é recente em

¹A investigação de que esta comunicação constitui uma pequena parte, resultou numa Dissertação de Mestrado em Sociologia da FEUC intitulada “Globalização e Ambientalismo: Actores e Processos no Caso da Incineradora de Estarreja”, orientada pelo Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos e concretizada com o apoio da FCT.

Portugal². Em bom rigor, não se trata sequer da história do tratamento dos resíduos, mas antes da história das *ideias* sobre o tratamento dos resíduos já que, na prática, a implementação de decisões é meramente residual. A essa história que se tem desenvolvido aos solavancos, com avanços e recuos, impulsos imediatos e longas estagnações, corresponde uma outra, central para os nossos objectivos. Trata-se da história, algo mais coerente embora esporádica, das contestações que surgem em resposta às decisões que, quase com arrojo, são tomadas a nível institucional. São contestações desencadeadas, na sua maioria, pelas populações “eleitas” como personagens – secundárias – de uma narrativa em que ninguém lhes perguntou se queriam participar e em que, naturalmente, não querem. Para melhor desempenharem o seu papel, constituem-se como associações, memorizam os diálogos e procuram receber ajuda de outras associações com a experiência enriquecida pela participação em histórias anteriores. Lutam, gritam “não” e até ao momento têm conseguido alterar o guião que lhes traça o destino.

Dar-se-á conta, ainda que numa dimensão circunscrita, daquilo que pode ser denominado por *o caso da incineradora de Estarreja*. O olhar será direccionado em particular para os recursos de que os protagonistas da acção – o movimento Esta He Regia (mais tarde Associação Cegonha), fizeram uso ao longo do processo de contestação que se prolongou de 1994 a meados de 1997³.

A opção por concentrar uma grande parte do esforço analítico nos actores, concretamente no movimento Esta He Regia, funda-se no facto de este grupo ter conseguido contrariar aquele que é um padrão já longo do ainda recente associativismo português, em particular naquele que surge referenciado como ambientalista. A espontaneidade dos movimentos de protesto, em que a população se mobiliza contra uma agressão que antes de atingir o ambiente ameaça directamente o seu bem-estar e viola a sua integridade, sendo um sinal de força é igualmente um sinal de fraqueza. Força porque revela um potencial de mobilização vindo de sectores sociais⁴ que se julgariam à partida entorpecidos, fraqueza porque a permanência desses movimentos no espaço público só é viável até ao momento em que a ameaça ou agressão perdurar, extinguindo-se juntamente com ela, mesmo que tenham, eventualmente, formalizado a sua actuação. O salto qualitativo que está subjacente à substituição dos objectivos

²É o decreto-lei n.º488/85, de 25 de Novembro que define a gestão dos resíduos como uma política prioritária. A sua aparição não está obviamente desligada da adesão de Portugal à CEE e ao esforço de aproximação genérico que foi empreendido.

³O anúncio público da decisão de localizar a incineradora em Estarreja foi feito no dia 8 de Maio de 1995, pela então Ministra do Ambiente e Recursos Naturais Teresa Patrício Gouveia, mas o processo de contestação iniciava-se aproximadamente um ano antes atendendo às fortes probabilidades de Estarreja vir a ser escolhida. Trata-se de um processo algo longo e demasiado complexo para ser exposto num texto deste âmbito. Precisamente dois anos depois, já com um governo socialista, seria José Sócrates – secretário de Estado-adjunto da Ministra do Ambiente Elisa Ferreira – a anunciar o fim do projecto incineradora e a aposta numa ‘nova’ solução, a co-incineração.

⁴Estamos a falar, apesar da sua caracterização sociológica estar por fazer, de sectores maioritariamente pouco urbanizados, com uma escolaridade baixa, de uma faixa etária que se afastará da juventude, ou seja, longe quer do tipo classe média urbana, jovem, informada e esclarecida, quer do modelo pós-materialista de R. Inglehart (1990, “Values, Ideology and Cognitive Mobilization in New Social Movements”, in Dalton, R. & Kuechler, M. *Challenging the Political Order – New Social and Political Movements in Western Democracies*. Cambridge: Polity Press). Segundo este autor, a força que o movimento ambientalista tem conquistado nos últimos anos, não se deve apenas ao facto de o ambiente se ter objectivamente deteriorado, mas também porque o público, principalmente o público jovem, se mostra mais sensível às questões ecológicas, na base de um crescimento da adesão a valores “pós-materialistas”: as reivindicações que antes se ligavam ao crescimento económico, dão lugar à luta pela qualidade de vida, num sentido não económico; a defesa militar e a corrida aos armamentos no período da guerra fria, é substituída pela luta pela paz e pelo desarmamento (com ligações claras ao enfraquecimento da ideia de Estado-Nação); os conflitos de classe são superados pelas lutas pela emancipação da mulher e pelos direitos das minorias.

anteriores por outros com um carácter menos imediatista e individual poucos grupos conseguem operar.

O Esta He Regia/ Cegonha foi um dos raros grupos que superou as fragilidades e reformulou a agenda, continuando hoje como associação de defesa do ambiente de Estarreja.

Por outro lado, a opção pelas redes e níveis de mediação construídos e recursos utilizados ao longo do conflito deve-se à centralidade que ocuparam no trabalho de construção, divulgação e transfiguração daquele que começou por ser um problema de carácter iminente localizado. Se isolarmos os dois momentos que constituem as duas balizas temporais centrais, o que verificamos é que, de Julho de 1994 (data da aparição pública do Esta He Regia) a meados de 1997 (a decisão de não construir a incineradora foi conhecida no dia 8 de Maio de 1997), o objecto de contestação surge substancialmente distinto do original. E é neste ponto que reside a vitória do Esta He Regia – vitória porque este é um caso de sucesso no que concerne aos objectivos que mobilizaram para a acção: é que a incineradora de facto não foi construída. A vitória do Esta He Regia está precisamente na capacidade demonstrada em construir e amplificar o *seu* problema, transmutando-o numa questão de contornos intrinsecamente globais, para além de serem ambientais, mas também políticos, económicos e sociais. Todas estas ressonâncias estão presentes no percurso em que foi analisado o desempenho do Esta He Regia, um movimento de protesto composto por sujeitos sociais alheados das formas de participação e mobilização que vulgarmente são associadas aos movimentos sociais (ainda que este conceito deva ser manuseado com naturais precauções quando tem por referência a sociedade portuguesa), distante dos problemas ambientais (a proximidade que possuem é a de vítimas, pois há cerca de 50 anos que os efeitos do parque químico de Estarreja se fazem sentir de forma insidiosa) e distante também das associações ambientalistas.

2. Redes e níveis de mediação

A capacidade de permanência no espaço público do Esta He Regia seria posta à prova, desde logo, pelas associações ambientalistas nacionais (Quercus, LPN e Geota) e pelo revés que representou a tomada de posição favorável ao SIGRI, nos dias que se seguiram ao anúncio oficial da decisão. Este comprometimento das associações nacionais com a política governamental numa primeira fase deste processo, assume-se como um dado incontornável e um primeiro nível de dificuldade a ser superado. É o próprio Esta He Regia a constatar o seu isolamento aquando da realização de um acto público de divulgação e informação⁵.

A resposta desejada da Quercus, a única associação portuguesa que valida o âmbito nacional quer no número de sócios, quer no campo de actuação através dos núcleos locais, chegaria alguns meses depois mas, entretanto, tinha decorrido praticamente um ano em que a luta contra a incineração se travava exclusivamente a nível local. E se numa análise posterior do processo os ambientalistas locais tendem a desvalorizar esta “fase”, adoptando uma postura de distanciamento, foi notório no decurso dos acontecimentos o défice de suportes legitimadores com que o Esta He Regia se apresentou publicamente.

⁵Tratou-se de um colóquio realizado em 28 de Janeiro de 1995, quando ainda decorria o período de debate público do EIA, intitulado “O Ambiente em Estarreja, o Passado e que Futuro?” e que teve lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal de Estarreja. O Esta He Regia participou com uma comunicação que terminava precisamente com a constatação do seu isolamento:

“Todas estas dúvidas tivemos o cuidado de dar conhecimento à Direcção-Geral do Ambiente, à Quercus e aos meios de comunicação. Até hoje ainda ninguém nos respondeu” (comunicação do Esta He Regia, 25/01/95).

Para que a luta destes cidadãos fosse credível era imprescindível que as associações ambientalistas nacionais estivessem ao seu lado, disponibilizando recursos, certificando a validade e mérito da luta em termos técnicos, ambientais e sociais.

Mas o que importa aqui destacar é a importância deste comprometimento para o desenrolar da acção, já que impeliu o Esta He Regia a encontrar suportes alternativos, fomentando a criação de redes em que o nível local, nacional e global se entrecruzam.

E não foi necessário muito tempo para o Esta He Regia conseguir preencher a lacuna que representou o virar de costas das associações nacionais. Em seu lugar fazia uso de dois suportes que funcionando, muito embora, em registos distintos concorriam para os mesmos objectivos: reforçar, apoiar e legitimar a luta de Estarreja.

Assim, num registo tendencialmente localizado porque circunscrito às referências territoriais que o enformam e lhe dão origem, mas de âmbito nacional quanto ao nível de mediação e escala de actuação que representa, vamos encontrar a Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos (CNCT), formada a partir dos locais do país que, por via da incineradora ou pelo lado dos aterros, constavam do sistema de tratamento de resíduos industriais⁶.

A percepção do enorme potencial que encerravam as contestações que, de uma forma desgarrada e esporádica, se verificavam um pouco por todo o país a propósito da eventual inclusão no SIGRI, pertenceu a um grupo formado a partir de Setúbal⁷. Tratava-se, de acordo com esta perspectiva, de um conjunto de recursos em informação, técnicos e sobretudo humanos que estariam subaproveitados e aos quais se podia atribuir um carácter estratégico se, ao invés de lutas isoladas e problemas locais, se combatesse um problema nacional de forma concertada. Isto significa que o nível local há pouco identificado se amplifica de forma a nele incluir o nível nacional. De modo algo redutor poderíamos dizer que do “aqui não!” se passou para “o SIGRI não é solução!”. Invertem-se os fundamentos do plano governamental questionando a sua eficácia e apresentam-se alternativas às soluções previstas.

As posições públicas assumidas pela CNCT convergiam naturalmente com as orientações do Esta He Regia. Assim, após a realização de uma reunião em Estarreja, a Coordenadora criticava aquilo que designou de “novo ambientalismo” que, segundo os mesmos, reduz a solução para o problema dos resíduos perigosos à incineração e à deposição em aterro, numa referência clara às associações nacionais e à sua proximidade da posição governamental (*Jornal de Notícias*, 06/11/95). As iniciativas organizadas sob a sua égide repetiam-se⁸, destinadas a esclarecer, informar e, principalmente, pressionar.

⁶Até Maio de 1995, Estarreja era uma possibilidade – ainda que uma forte possibilidade –, entre outras, para receber a incineradora e o processo dos aterros estava novamente em aberto. A Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos é, então, composta pelos seguintes elementos: Cidadãos e Cidadãs Contra a Incineradora – Setúbal; CAT's de Portugal – Cercal do Alentejo; Água Triangular – Aveiro; Comissão de Luta de Vagos; Comissão de Luta e Defesa de Midões – Gondomar; Grupo Lontra – Santo André – Sines; Cegonha - Associação de Defesa do Ambiente de Estarreja; Movimento Esta He Regia – Estarreja; Rede Metropolitana Contra o Lixo – Porto; Associação Terra Viva; Comissão Ad Hoc de S. João da Talha – Loures.

⁷Devemos ter presente que Setúbal apresentava, nos planos governamentais, duas possíveis localizações para a incineradora. Foi o grupo Cidadãos e Cidadãs Contra a Incineradora, liderado por Jaime Pinho que lançou a iniciativa na qual o Esta He Regia viria a participar desde a segunda reunião tornando-se, juntamente com o grupo de Setúbal, Vagos e Midões, num dos mais activos e dinâmicos. Esta capacidade de mobilização é perfeitamente perceptível no boletim da Coordenadora, o *Não Nos Lixem*.

⁸Podemos, como exemplo, referir dois colóquios anunciados antecipadamente na imprensa (o que é um indicador de relevo quanto ao manuseamento das técnicas de pressão e permanência no espaço público) e que teriam lugar em Abril de 1996, um em Lisboa e o outro em Aveiro, com a presença de especialistas nacionais e estrangeiros nos quais seriam debatidos os perigos das incineradoras e os métodos alternativos de tratamento de lixos (*Jornal de Notícias*, 10/03/96).

Ainda assim, o trabalho desenvolvido pela CNCT seria sempre um trabalho conotado com amadorismo; aos seus elementos, simples cidadãos comuns envolvidos numa causa pontual, faltava o passado na defesa ambiental e a certificação das competências que exibiam. Ou seja, existia ainda um amplo espaço por preencher na edificação das redes do Esta He Regia e que parecia adequar-se ao contributo que uma grande organização internacional como o Greenpeace poderia prestar. E esse é, de facto, o outro suporte legitimador do Esta He Regia. O carácter vincadamente transnacional desta organização ambientalista coloca-a num registo forçosamente globalizado que confere validade internacional e, do mesmo passo, projecção nacional à luta de Estarreja. A natureza desse contributo resulta bastante clara a partir da leitura de títulos da imprensa, como o que a seguir se apresenta:

*“Contra a solução do Governo para tratamento de resíduos industriais
GREENPEACE ADMITE ACÇÕES EM PORTUGAL” (Público, 13/06/95).*

As palavras centrais deste título: “contra”, “Greenpeace” e “acções”, são suficientes para nos transportarem para o universo desta organização. A mera possibilidade de o Greenpeace actuar no nosso país contra o sistema proposto pelo governo, é um dado suficiente para desautorizar seriamente o plano governamental e legitimar a luta de Estarreja e dos restantes locais envolvidos⁹. Mas essa possibilidade significa também que as repercussões das forças de cariz global se fazem sentir de forma indelével no nível local e/ou nacional, propagando-se de um modo concentrado e preciso.

O défice de profissionalismo com que se debatia publicamente a CNCT ou o Esta He Regia seria colmatado pelo Greenpeace num processo que culminaria com a visita de Pierre Emmanuel Neurohr, noticiada profusamente na imprensa e a que o título reproduzido atrás se refere. Tendo ocorrido cerca de dois meses depois do anúncio público da construção da incineradora em Estarreja, a visita do “especialista do Greenpeace francês em resíduos” (assim era apresentado), permite duas leituras complementares. A primeira, não só assevera a forte disposição do Esta He Regia em contrariar a decisão oficial, como denota o enorme esforço de integração no movimento ambientalista empreendido por quem lhe era completamente estranho. A segunda, demonstra como é possível a um pequeno movimento local de protesto, aceder e participar em redes de carácter global, das quais recolhe os dividendos que melhor se adequam aos objectivos localizados da sua luta.

O que ambos os suportes comprovam é que esta procura da legitimidade e da certificação é percorrida dinamicamente por níveis de informação de complexidade diferenciada que se ligam em cadeia numa lógica de espiral. Por esta razão, surge em primeiro lugar a Comissão de Luta Contra a Instalação da

⁹O Greenpeace usufrui, desde há alguns anos, de uma autoridade e um poder que lhe conferem um lugar invejado por muitos e respeitado por tantos outros. A acção directa como forma de actuação, o saber técnico e científico como legitimação e uma íntima ligação com os meios de comunicação social, são alguns dos componentes que contribuem para o sucesso e simpatia que o Greenpeace granjeou ao longo da sua existência. Uma das suas vitórias mais significativas teve lugar em 1995, quando levou a companhia petrolífera Shell e o governo britânico a alterar a decisão quanto ao destino a dar a uma plataforma desactivada no Mar do Norte, tendo como aliados não só os governos da Dinamarca, Suécia, Alemanha, Bélgica e Países Baixos, como também a própria Comissão Europeia. São inúmeras as fontes que podem ser consultadas sobre o Greenpeace. Indicam-se algumas, meramente ilustrativas, direccionadas para uma abordagem inicial: Brown, M., e May, J., 1989, *The Greenpeace Story*. Londres: Dorling Kindersley; Eyerman, R., e Jamison, A., 1989, “Environmental Knowledge as an organizational weapon: the case of Greenpeace”, *Social Science Information*, vol. 28.; McCormick, Jonh, 1991, *British Politics and the Environment*. London: Earthscan; Allen, Robert, 1992, *Waste Not, Want Not*. London: Earthscan; Yearley, Steven, 1992, *A Causa Verde – Uma sociologia das questões ecológicas*. Oeiras: Celta.

Incineradora em Estarreja¹⁰, de seguida a Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos e, por fim, a colaboração com o Greenpeace.

Podemos assim estabelecer, quanto à criação de redes, nacionais e internacionais, tratar-se de uma estratégia de sobrevivência de sujeitos sociais que à partida se encontram numa posição desfavorável no jogo de forças do conflito sendo o seu fomento um meio de projecção dos movimentos locais no espaço nacional sem que, contudo, lhes corresponda a necessária estrutura e base de apoio. Trata-se de um processo que podemos designar de legitimação por derivação, para o que a análise da documentação produzida pelo Esta He Regia se revelou crucial.

3. Recursos discursivos

Quanto ao universo dos recursos discursivos utilizados na luta travada contra a incineração, o *Não Nos Lixem*, o órgão de informação da Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos merece um olhar particularmente analítico¹¹, na medida em que será esse o suporte que nos faculta a entrada nesse universo. Os recursos discursivos são talvez os que mais facilmente chegam à audiência que pretendem conquistar, por estarem desde a sua génese destinados a circular pelos diversos canais de comunicação como um vulgar objecto de consumo. No entanto, a sua utilização não tem equivalente no domínio que deles tem quem os usa, ou seja, são manuseados porque certificam práticas e não porque se insiram no quadro das competências dos membros destas associações.

3.1 - O recurso à fundamentação científica

A utilização do discurso científico e da argumentação técnica é aqui identificada como um desses recursos. Um recurso que é utilizado profusa, ambígua e selectivamente porquanto vemos tirar partido dos conhecimentos que de alguma forma vão de encontro às suas posições e recusar aquele que serve de sustento a práticas às quais se opõem. O conhecimento, ele próprio, sofre avanços e recuos no processo de “fabricação”, sobre uma mesma dimensão da realidade se constróem várias leituras e todas se reclamam da cientificidade, pelo que os ambientalistas mais não fazem do que usar a que melhor se adequa aos seus propósitos. Eles próprios enquanto actores directamente envolvidos nos processos de definição da agenda ambiental se rodeiam de especialistas dotados dos recursos técnicos necessários, a fim de produzir legitimamente a sua versão científica sobre a matéria. A dimensão instrumental da ciência e do conhecimento científico adquire, assim, plena forma a partir da luta travada pela determinação da “verdade” e, conseqüentemente, do campo ganhador que consegue impor, como socialmente dominante, a *sua* verdade.

A argumentação com base no conhecimento racional científico revela igualmente, por parte dos movimentos de contestação, uma diminuição de intensidade da estratégia de afrontamento, que é substituída num ponto determinado do conflito por uma estratégia de negociação, em que os instrumentos utilizados deverão ser idênticos aos que as instituições oficiais promovem.

A observação de alguns exemplos extraídos do boletim já referido, ajudam-nos a perceber as afirmações anteriores:

“O que é uma incineradora?” (n.º 1, pp. 2)

¹⁰Esta estrutura teve uma existência breve, porque breve foi a existência dos dois outros grupos locais que juntamente com o Esta He Regia a compunham: o MEL – Movimento Estarreja Limpa e a Associação Ciconia.

¹¹A análise incidiu nos doze números publicados entre Julho de 1995 e Maio de 1998.

Este texto, apresentado na 2ª página do boletim n.º 1, expõe de forma clara a separação entre a ideia de incineração partilhada por todos aqueles que a defendem – a ideia errada, falsa – e a ideia de incineração dos seus opositores – a ideia correcta, verdadeira.

Essa separação, o ponto de demarcação do falso do verdadeiro, reside na expressão “Na realidade...” que, com a sua frieza nos arranca da ilusão das soluções fáceis e simplistas:

“A incineração dos resíduos transformará, pelo menos em teoria, os compostos orgânicos em matérias inorgânicas: dióxido de carbono (CO₂) e água (H₂O). (1/4). Na realidade, um forno incinerador é o local de reacções similares às que se produzem numa fábrica de síntese química (cfr. a indústria do cloro). Em ambos os casos assiste-se à formação de subprodutos, de que os organoclorados são os mais nocivos. Nada desaparece.”

O exemplo da fábrica de cloro não é, naturalmente, inocente. Explora a perigosidade que lhe é associada, pelo conhecimento generalizado de situações graves resultantes de acidentes ocorridos em unidades industriais similares, nomeadamente na zona de Aveiro.

“Nada desaparece” marca uma vez mais uma posição definitiva: a queima dos resíduos não provoca a sua aniquilação. Utilizam profusamente o vocabulário científico e técnico e fazem questão de deixar claro que o dominam, mas que dele prescindem em alguma medida para responder à questão em análise (“O que é uma incineradora?”), quando entre parênteses clarificam:

“Para destruir os resíduos tóxicos (em Química fala-se de moléculas orgânicas complexas), é necessário submetê-las a temperaturas muito elevadas, entre 400º e 1600º C.”

A indestrutibilidade dos resíduos ou das matérias que resultam da sua incineração é constantemente reiterada, fazendo uso do célebre princípio de Lavoisier “nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”. Trata-se de uma “lei” científica celebrizada por todos os instrumentos de divulgação/educação científica, desde os livros aos programas de televisão e que, por isso, integra actualmente o repertório científico do senso comum sendo a sua utilização uma garantia de inteligibilidade por parte do público. A incineração passa a ser um mecanismo na transformação de uns resíduos perigosos noutros resíduos perigosos, alimentando um ciclo interminável de perigosidade.

“Não somos cobaias” (n.º 3, pp. 6 e 7)

A autora é química (“especialista” – garantem-nos – “em incineração de resíduos”), colaboradora do Greenpeace (mais uma garantia de credibilidade) e de Barcelona que, não sendo um dos grandes centros de investigação internacionais, fica no estrangeiro e nesta como noutras áreas há uma maior confiança no que é importado. As dificuldades sentidas em Barcelona são comprovadas no próprio texto quando a autora refere que “em Espanha ainda é necessário recorrer a laboratórios de outros países europeus para a realização de certas análises” relativas ao funcionamento das incineradoras e, se isto acontece em Espanha, o que acontecerá em Portugal?

Para além destas, há mais algumas ideias do texto que convém salientar:

1ª - moderno não é sinónimo de perfeição: “Os exemplos das mais modernas instalações situadas na Europa não demonstraram que se trate de instalações perfeitas, pelo contrário, os problemas foram e são grandes”.

2ª - os projectos são uma coisa e o que se constrói é outra: “Algumas análises realizadas em estações de tratamento de resíduos mostram valores

¹O sublinhado é meu.

elevados de compostos orgânicos clorados. Todos os projectos garantem, no papel, uma ausência total destes compostos”.

3ª - o controlo não é rigoroso: “(1/4) as análises realizam-se com menos periodicidade que a prevista, por vezes não se realizam porque as normas não as exigem ou pelo elevado custo que representam, (1/4)”.

4ª - as informações são ocultadas aos cidadãos: “A maioria das vezes os cidadãos não sabem nada do que se está emitindo nestas instalações ainda consideradas tabu (1/4)” e naturalmente que a intenção deliberada de fazer com que os cidadãos permaneçam na ignorância faz com que as suspeitas aumentem.

A utilização deste tipo de discurso pode, todavia, transportar alguns problemas, sobretudo se pensarmos que ao mesmo tempo que se procura legitimar a defesa do ambiente com base na argumentação científica, persiste a necessidade de manter e promover a adesão das populações potencialmente vítimas das agressões ao ambiente e que as barreiras que se interpõem no seu acesso à compreensão da linguagem científica, tradicionalmente construída de um modo cifrado com o objectivo de se constituir num objecto discursivo intrinsecamente distinto dos restantes, são enormes.

Desta feita, forte necessidade de mobilização popular torna imprescindível a utilização de outros recursos discursivos. Poderemos até sustentar que as insuficiências reveladas pela tradução de uma linguagem científica num registo destinado a um público mais vasto, serão um dos factores a favorecerem o recurso a um discurso tendencialmente dramatizado, quer em termos de narrativa e de conteúdo, quer na própria dimensão figurativa, designados de mobilização da população e figuração, dos quais se apresentam de seguida alguns exemplos.

3.2 - Mobilização da população

Editorial, “Somos todos de Estarreja” (n.º 1, pp. 1)

Neste texto que marca a linha editorial do boletim e, do mesmo passo, define os princípios orientadores da luta, recuperam um slogan que fez história e faz parte da recente história do ambientalismo em Portugal: “Somos Todos Moradores de Ferrel”, assim se intitulava o manifesto publicado na Gazeta das Caldas, em Julho de 1976, depois de ser conhecido o projecto de instalação de uma central nuclear para Ferrel, Peniche, gerando uma onda de protestos que viria a culminar na realização do *Festival Pela Vida Contra o Nuclear* nos dias 21 e 22 de Janeiro de 1978, nas Caldas da Rainha. O seu significado simbólico não podia, portanto, adequar-se melhor ao tipo de luta que desejavam travar. Ao afirmarem “Somos Todos de Estarreja” identificam-se com uma só luta, deixando para trás a base territorial local. A construção de uma incineradora de resíduos perigosos é um problema que diz respeito a todos, que é global na sua amplitude, desde a sua génese às consequências que produz, como demonstram até à exaustão nos boletins: “A luta de Estarreja é a mesma luta de Setúbal, Vagos, Gondomar ou Sines.”

“Contra 1/4 Partidas” (nº 1, pp.3)

O tom deste artigo difere radicalmente do que vem sendo utilizado, esquecendo-se os argumentos científicos, as explicações e os esclarecimentos. O tom jocoso predomina, transmitindo a ideia de que as promessas feitas a Estarreja como contrapartidas pela instalação da incineradora, não passam de uma partida de mau gosto, claro, porque irrealizáveis. É um texto de denúncia e de alerta, servindo para avisar os mais crédulos:

“(...) o país não poderá gastar dinheiro em outras coisas que não sejam em proveito de Estarreja, durante os próximos anos. Pimba, lá vem o PIB todo para Estarreja! (...) Isto só visto, porque contado ninguém acredita! São promessas de todo o tipo,

tamanho e feitio (...) Como se pode ver, tudo coisas mezinhas, que se prometem todos os dias a todas as terras deste país à beira-Atlântico plantado! E dinheiro é coisa que não falta em Portugal!"

O registo nitidamente popular das expressões e dos argumentos utilizados garante a sua inteligibilidade por parte dos actores sociais que se desejam mobilizar para a luta que "é de todos": a população menos esclarecida, que não questiona, mais sujeita a manipulações por parte daqueles que são identificados nos artigos do boletim como inimigos. Inimigos, em primeiro lugar, da população de Estarreja (a mais penalizada) e, logo de seguida, de todos os outros locais que num ou noutro momento foram apontados como possibilidades para integrarem o Sistema Nacional de Tratamento de Resíduos (urbanos ou industriais): o governo (primeiro do PSD, depois do PS), os políticos locais (personificados na figura do presidente da Câmara de Estarreja, Vladimiro Silva) e, finalmente, as empresas, multinacionais ou não, detentoras do "negócio dos lixos" (sendo a Ecotredi a mais visada).

"Não quero ¼" (nº 1, pp. 5 e 6)

Este texto, sendo uma afirmação de vontade, uma recusa, apresenta-se, contudo, com uma ambição maior: apelar ao sentimento que deverá unir gerações de pais e filhos a fim de assegurar a viabilidade do futuro. Escrito em tom de manifesto por uma mulher, mãe e habitante de Estarreja, é dedicado ao seu filho e "a todas as crianças do distrito":

"Teremos o direito de lhes hipotecar o futuro com determinado tipo de desenvolvimento, sem nos preocuparmos minimamente com as consequências futuras?"

É uma mãe que expõe as suas angústias face a um futuro que se lhe apresenta definitivamente comprometido pelos actos impensados e egoístas dos homens de hoje. O princípio da solidariedade intergeracional percorre todo o texto, nas acusações de abandono e indiferença que são proferidas contra os governantes e contra as associações de defesa do ambiente de âmbito nacional.

"Que pecados cometemos para merecermos a indiferença dos políticos (...)?"

Democraticamente, a Sr.^a Ministra¹² tratou de se livrar do problema, ignorando completamente tudo a que se tinha proposto.

Aproveitando-se da sofreguidão do autarca local, ignorou 5534 assinaturas de pessoas que disseram não (...).

Onde estão as grandes associações ambientais nacionais e o que têm feito por Estarreja? (...) Não é só receber subsídios. (...)"

Quem ficará indiferente à voz de quem procura proteger a vida dos que dela mais necessitam? Quem duvidará da veracidade das acusações e das razões que lhe assistem? As mães têm toda a legitimidade para acusarem, para lutarem, para vociferarem, porque o fazem altruisticamente, pelos seus filhos e pelos filhos dos outros, como se a ligação umbilical nunca tivesse sido cortada, mas reforçada e alargada a todas as crianças a cada dificuldade que surge.

3.3 - A figuração

A reciclagem é, sem margem para dúvida, praticada pela Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos. Pelo menos no que diz respeito a slogans. Um deles é-nos apresentado logo no boletim n.º 1. Inicialmente utilizado para combater o

¹²A referência é para Teresa Patrício Gouveia, a Ministra do Ambiente do governo de Cavaco Silva, responsável pela decisão da localização da incineradora em Estarreja.

nuclear ao longo da década de 70 e 80 – “NUCLEAR? NÃO OBRIGADO” – transmutou-se em – “INCINERAÇÃO? NÃO. OBRIGADO” (podendo variar para “Incineradora? Nem Obrigados”, tal como se observa na reprodução que se faz de um suporte bastante comum, o autocolante – fig. n.º 2). O sol sorridente, símbolo da associação dinamarquesa que liderou o processo, foi substituído por uma lúgubre caveira, nem mais nem menos do que o símbolo da morte, de um perigo extremo.



Figura n.º 1



Figura n.º 2

“Negócios” (n.º 3, pp.3)

Encontramos nesta figura um monstro de cartola, charuto, laço e fraque – um capitalista vestido a rigor, portanto, – atrás de uma secretária e com um grande gráfico a seu lado que aponta para um crescimento infinito. Trata-se do capitalismo, claro, mas ao invés de sonhar com os tradicionais e idílicos cifrões, exala do charuto uma nuvem de fumo que adquire a forma de uma caveira, o símbolo da morte e destruição. As consequências do capitalismo e da economia global que se vive faz com que a incineração, o comércio / tráfico de resíduos perigosos se insira da mesma forma que todas as outras actividades no capitalismo. É mais um negócio que acarreta todas as desigualdades associadas a quem não está equipado com os mesmos instrumentos para concorrer no mercado global.

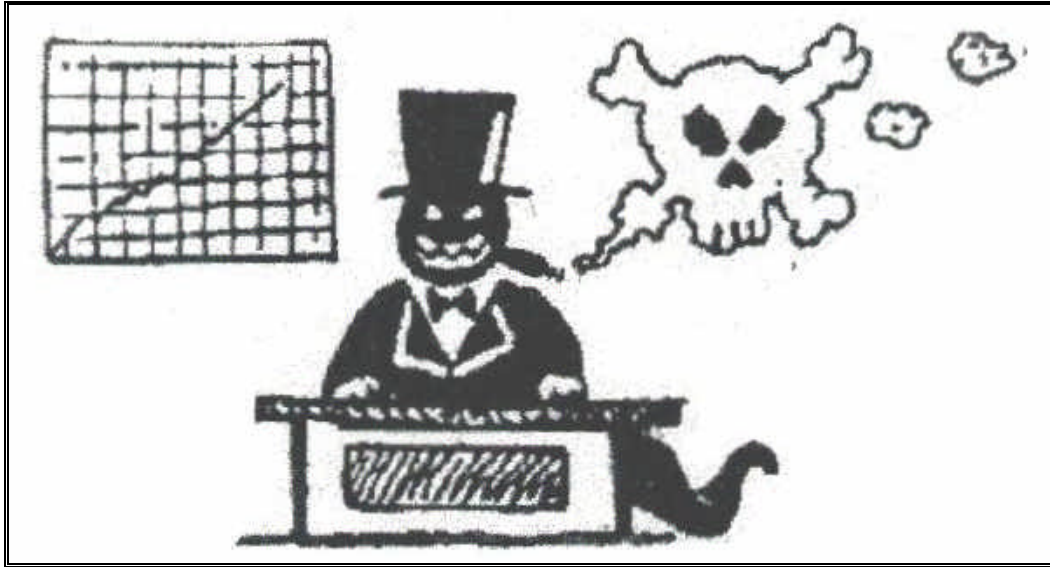


Figura n.º 3

"Metalimex" (n.º 3, pp. 11)

A Terra está em perigo e a situação é tão mais preocupante quanto a vemos utilizar uma máscara de protecção contra a poluição de que é vítima. É uma imagem bastante vulgarizada e estruturalmente simples, composta somente por dois objectos gráficos do domínio comum (a Terra e a máscara) e de compreensão fácil, daí que seja usada tão profusamente. Mas, da leitura imediata podemos, a partir da introdução de elementos adicionais, atingir outros níveis de significação.

A máscara, semelhante às utilizadas na I Guerra Mundial, não oferece garantias de eficácia contra as múltiplas agressões que a Terra enfrenta. É um objecto de limitações evidentes no que toca às suas capacidades protectoras e tecnologicamente ultrapassado. Estarão os instrumentos utilizados por quem encarna a defesa do ambiente, a nível oficial ou associativo, definitivamente aquém das formas cada vez mais sofisticadas que assume a degradação ambiental? E o assumir desta iniquidade (porque não colocar uma máscara com traços tecnologicamente mais avançados?) poderá significar a inexistência de saídas, ainda que de emergência, para o contexto actual? O tubo da máscara parece desembocar directamente na própria Terra. Será um sinal de que a sua capacidade de regeneração ainda permite um nível de protecção satisfatório ou ao invés que, ao funcionar em circuito fechado, a partir daqui apenas poderemos concluir pela inevitabilidade da catástrofe?

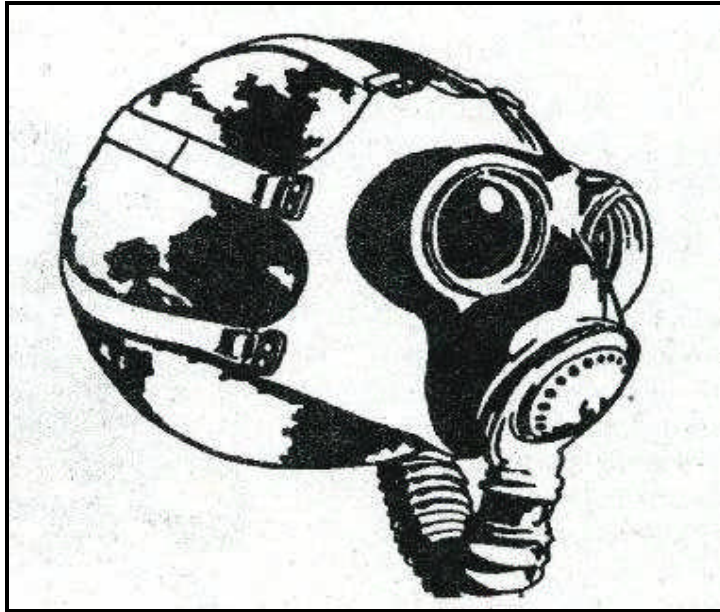


Figura n.º 4

Conclusão

As formas de protesto colectivo e essencialmente popular que vão despontando na sociedade portuguesa clamam por uma análise atenta às suas especificidades. O exercício que agora se conclui pretende ser um contributo para esse esforço analítico, embora esta seja uma proposta em construção.

De salientar que a verdadeira dimensão da vitória alcançada pelo grupo de Estarreja reside na procura de níveis de actuação e de mediação que, articulados, transfiguram o problema inicial, amplificando-o, expondo-o a audiências diversas e, mais ainda, fazendo com que passe a ser encarado como um problema colectivo.

Deixo, finalmente, uma breve sugestão de reflexão: num momento em que as práticas de resistência podem ser entendidas como uma resposta a processos de dominação originados a uma escala global, será adequado considerar os movimentos locais de contestação como uma das melhores expressões da capacidade de construir alternativas.